

Leitura e nacionalismo (Eduardo Lourenço)

Victor K. Mendes
University of Massachusetts Dartmouth

Nas páginas que se seguem, procurarei esclarecer um pouco (1) as estratégias de leitura e a globalização de Eduardo Lourenço e, por outro lado, (2) o benefício para o país das estratégias lourenceanas e, por último, (3) a conceptualização dos nacionalismos e as “vítimas” do excepcional nacionalismo português.

Antes de mais, é preciso enunciar com a maior clareza possível uma pré-conceptualização acerca destes dois tópicos, leitura e nacionalismo, que procurarei relacionar. Em primeiro lugar, a melhor leitura não corre apressada para um sentido unificador e englobante, mas procura na inscrição material os seus elementos de perturbação hermenêutica, dito por outras palavras, a leitura crítica pode contrapor-se à interpretação. Em segundo lugar (um brevíssimo preconceito sobre o nacionalismo português), é minha convicção —e trata-se duma convicção não inteiramente documentada ou cabalmente provada— de que muitas formas de nacionalismo português podem ser lidas como bloqueios ao que se pode chamar a *mente portuguesa*, como também se diz *the American mind*. Nesta acepção, o nacionalismo e imperialismo de Camões são condicionantes negativas da sua recepção crítica nos nossos dias, bem como os nacionalismos Vieira, Garrett ou Pessoa se podem ler produtivamente como restrições ao alcance mais global das suas obras. Por outras palavras e exemplificando, Dante ou Milton, tratando na *Divina Comédia* ou no *Paraíso Perdido* de uma condição humana que não foca prioritariamente o nacional, contornam até certo ponto no melhor das suas obras as localizações labirínticas do nacionalismo.

1. As estratégias de leitura e a globalização de Eduardo Lourenço.

A colocação estratégica da heterodoxia por Lourenço como método de leitura sugere que o trabalho crítico opera justamente nos escolhos da *aplicação* das duas grandes interpretações do mundo disponíveis nas suas décadas de formação (1940 e 50): o catolicismo e o marxismo, mas também do nacionalismo

da União Nacional. Dito por outras palavras, entre os mais importantes méritos epistemológicos de Lourenço está seguramente a insustentabilidade da ideia de *aplicação* do catolicismo e do marxismo e, por maioria de razão, da aplicação de qualquer grande hermenêutica generalista. Lourenço lê na fragmentaridade de relativamente pequenas prosas as interpretações do mundo e, nesse processo, descreve como ninguém o seu irrealismo, toma assiduamente partido pelas contra-imagens, pelo que mega-doutrinas (como o catolicismo ou o marxismo) mudam de estatuto epistemológico nessa leitura crítica, perdem força aplicativa, ou exemplar, e sujeitam-se a uma análise dos limites do seu próprio vocabulário. Um projecto de pensamento sistemático reside nos antípodas destes esforços em boa parte de trabalho empírico desmitificador, de atenção crítica situada e ocasional.

Na biografia intelectual *Eduardo Lourenço—Os anos da formação 1945-1958*, Miguel Real acredita na “teoria de Eduardo Lourenço” (16) e na “hermenêutica do jovem Eduardo Lourenço” (217). O mérito de Real na sua pesquisa acerca do método interpretativo do jovem Lourenço enfrenta um enorme desafio quando procura aplicar o mesmo método (agora explicitado para os leitores) a diferentes áreas do saber como, por exemplo, a literatura, a poesia, a filosofia ou as Forças Armadas Portuguesas. O desafio consiste precisamente no carácter pouco crítico da ideia de aplicabilidade duma teoria ou duma hermenêutica, que podem ser o mesmo, a diferentes objectos culturais. Segundo Real, da ideia de aplicação do método do jovem Lourenço à poesia oferece especificações de grande utilidade e pormenor em cinco passos: *passo 1*, Lourenço delimitaria o tema; *passo 2*, desdobra-se o tema em origem e história, explorando as tensões entre ambos; *passos 3 e 4*, o tema e a sua história são concretizados num símbolo (uma Esfinge ou a figura espectral); *passo 5*, que é uma espécie de conclusão, o autor toma posição sobre o presente e o futuro do tema.

Já Maria Manuel Baptista, em *Eduardo Lourenço, A paixão de conhecer*, sugere, para ler o ensaísta a ler, uma análise circunstanciada das doutrinas do ensaio. Um dos méritos de Baptista consiste na indicação do trabalho comparatista que está em boa parte por fazer sobre a obra de Lourenço, associando-a às de Montaigne, Kierkegaard, Heidegger. Para além da destrinça do ensaísmo português do século XX, no qual o próprio se tem empenhado bastante explicitamente, como

em relação ao caso paradigmático de António Sérgio ou, em muito diferente escala, de Vergílio Ferreira, dispomos de muito pouca análise que permita a globalização de Lourenço. (Como se comparam as estratégias interpretativas de Lourenço com, por exemplo, o seu contemporâneo e também empenhado *philopatris* Richard Rorty?) A relativamente tardia tradução de Lourenço para a língua global, o inglês, e a sua circulação marginal nesse idioma indicia a dificuldade da sua tradução para um público mais abrangente.¹ Mas, dentre os ensaístas estrangeiros com quem é pertinente associar Lourenço quanto a estratégias de leitura, Michel Foucault merece destaque considerável e, lembrando as diferenças de escola nas humanidades entre Lourenço e Vergílio Ferreira, quando da tradução portuguesa *As palavras e as coisas* (1967), Maria Manuel Baptista lucidamente aponta que “[...] o ensaísmo [lourenceano] só pode ter como objecto o acto da escrita [...]” (102). Ora a afinidade da leitura de Lourenço com a “crise da representação” foucaultiana, as ramificações e diferenciações da transformação da linguagem em objecto, é um dos fios mais profícuos e recorrentes destas estratégias de leitura.

O maior triunfo de leitura de Lourenço é *Pessoa revisitado*, de 1973. Para além de se tratar do melhor livro de sempre sobre Pessoa, permite-nos também compreender que o melhor de Lourenço é Pessoa, quero dizer, uma leitura crítica de Pessoa. A brilhante expansão metafórica da carta de Pessoa sobre a origem dos heterónimos enviada a Adolfo Casais Monteiro em 1935, que Lourenço leva a cabo em *Pessoa revisitado*, é o apogeu de quem tinha feito a viragem de objecto principal de pensamento da filosofia para o país, diria o amor do seu país. Foi Pessoa que fez Lourenço voltar-se para o seu país; mas o país de Pessoa é extraordinariamente irreal e pouco tem que ver com a extenuante e enredadamente culpada *Afhebung* de Lourenço ao catolicismo beirão enquanto doutrina (não como cultura popular). Poderíamos descrever a irrealidade de Pessoa como uma extensão do “irrealismo prodigioso” que Lourenço usa para caracterizar o seu país entre 1949 e 1958 e depois retoma em “Psicanálise mítica do destino português”, de 1978. O Pessoa de Lourenço (como o Pessoa de Pessoa na carta a Casais Monteiro)

¹ Os dois livros de Eduardo Lourenço em inglês são *Chaos and Splendor & Other Essays*. Ed. Carlos Veloso. Dartmouth, MA: University of Massachusetts Dartmouth, 2002. E *This Little Lusitanian House: Essays on Portuguese Culture*. Trans. Ronald W. Sousa. Providence, RI: Gávea-Brown, 2003.

vive principalmente das muitíssimo talentosas coincidências e, sobretudo, descoincidências do sujeito consigo próprio, permitindo-lhe assim – ficcionalmente, pelo menos— contornar a sua angústia de influência.

Lida por Pessoa e Lourenço, a heteronímia pessoana é um drama no masculino que procura engendrar a sua própria origem. Neste quadro, as estratégias de leitura são poderosamente metafóricas (Pessoa é A, Pessoa é B, Pessoa é C) e inscrevem-se numa temporalidade ficcional da influência e epistolarmente estabelecida na “Carta sobre a génese dos heterónimos”, de 1935 (primeiro Caeiro, depois Reis, depois Campos). O que o bem sucedido programa hermenêutico de Pessoa recalca é a angústia da recepção tal como inapelavelmente emerge na “Carta da corcunda para o serralheiro”, texto escrito muito provavelmente antes do “irrealismo prodigioso” da “Carta sobre a génese dos heterónimos” (1935), também ela subtilmente tematizando a recepção, mas mais como programa do que como agonia. Que Pessoa também seja Maria José, a Corcunda, desloca a estratégia de leitura metafórica para o registo metonímico das ficções de relação nas quais, sobretudo tendo em conta a associação entre Maria José e Ofélia, deparamos com um efeito de real, quando comparamos esta leitura em pormenor com a versão interpretativa do génio da heteronímia.²

(2) *O benefício para o país das estratégias lourenceanas*

Um dos melhores ensaios de Eduardo Lourenço sobre o processo de leitura é o pequeno “Da criação como crítica à crítica como criação”, de 1975. Nele podemos ler a tensão entre origem e história, bem como uma espécie de antecipação do futuro, desde a origem divina da leitura crítica até a uma especial figuração do leitor:

“A crítica, enquanto criação de si mesma por um texto e de um texto pelo texto que já somos, não tem o poder de pôr um termo ao labirinto em que a leitura da obra introduz o crítico. Este último é a vítima—resignada ou forçada—de uma palavra original labiríntica, no interior da qual ele se encerrou, primeiro por divina inconsciência, e, em seguida, por vício ou prazer, a fim de ter a ilusão de estar

² Para um melhor desenvolvimento deste ponto, cf. Mendes 2007..

acompanhado no seu próprio e interminável labirinto de palavra já começada e jamais dita”. (72)

Esta figuração do leitor crítico como vítima vem juntar-se a uma galeria de leitores, o leitor amigo de Sterne, o leitor afável de Wordsworth, o leitor como cavalo de Kierkegaard, o leitor hipócrita de Baudelaire, os leitores da “Autopsicografia” de Pessoa, etc., que merece um momento de pausa. “A vítima—resignada ou forçada—” da linguagem enquanto figuração do leitor indicia um processo de leitura no qual as estratégias hermenêuticas têm limites operatórios definidos. O construtivismo na leitura encontra constrangimentos sérios. Traduzindo para uma mitologia da leitura, Lourenço encontrou na figura do leitor o seu animal sacrificial. O leitor é vítima da obra. Esta forma subtil de vitimização, ou até de auto-vitimização irónica, não exclui o prazer do *encerramento na obra*. Uma das ramificações desta conceptualização da leitura conduz à interpretação como meta-leitura; desfalcados de referência, restam aos leitores intermináveis “jogos de espelhos” —e mesmo uma doutrina da leitura consiste em desfazer uma precedente.

Neste ponto, sugiro a seguinte comparação. Digamos que o leitor como vítima serve como modelo do cidadão. Nesse caso, poderíamos fazer o exercício de substituir “crítico” por “cidadão” no texto lourenceano e fazer outras pequenas alterações:

“A *cidadania*, enquanto criação de si mesma por um *país* e de um *país* pelo *país* que já somos, não tem o poder de pôr um termo ao labirinto em que *o processo de cidadania* introduz o *cidadão*. Este último é a vítima—resignada ou forçada—de um *país* original labiríntico, no interior do qual ele se encerrou, primeiro por divina inconsciência, e, em seguida, por vício ou prazer, a fim de ter a ilusão de estar acompanhado no seu próprio e interminável *país*-labirinto já começado e jamais dito”. (Itálicos meus.)

O texto de Lourenço presta-se a este exercício tropológico. Tendo em conta o ensaio “Repensar Portugal” e outros recorrentes desse, o salto e a proximidade funcional entre o processo de leitura e o de cidadania persuade. O trabalho que

Lourenço faz com a nação é, sem dúvida, associável ao que Lourenço faz com uma obra literária. Por conseguinte, ler o país também é ler o poema. A alienação portuguesa é uma obra a ler na qual leitor e eleitor se encerram fatalmente. Esta forma perniciosa e persistente de alienação permite uma revisão de Karl Marx, que viveu obcecado com a ideia segundo a qual a causa da alienação era o capitalismo, sugerindo que uma forma de alienação robusta e pertinente é essa figura *sui generis* do *labirinto da saudade*.

O cidadão como vítima do seu país parece uma expressão particularmente adequada ao nacionalismo do ditador Salazar. Porém, e eis um elemento desta situação epistemológica de primeira importância, *o cidadão como vítima do seu país* é uma condição razoavelmente transhistórica, percorrendo diferentes épocas desde as “Descobertas” até aos séculos XIX e XX. É certo que Lourenço distingue muitíssimo bem e desde cedo a cidadania em que se pode ser de facto eleitor, como em democracia parlamentar, do mais limitado exercício de cidadania em ditadura. Aliás Salazar esclarece o lado pernicioso e artificial do cidadão, no discurso “Princípios da revolução política”, cujo protótipo era o liberal século XIX. Lourenço procede a uma leitura cosmopolita das misérias do nacionalismo salazarista e contrapõe-lhe uma forma benigna de nacionalismo português através, sobretudo, da lírica pessoana, contornando habilmente a “preocupação *ideológica* militante” (“Repensar Portugal” 67).

3. *A conceptualização dos nacionalismos e as “vítimas” do excepcional nacionalismo português*

Nacionalismo e imperialismo são conceitos associados nas humanidades e ciências sociais, e ambos correntemente palavras sujas. A denúncia das relações brutalmente assimétricas de poder, cujo caso extremo é o comércio de escravos, ganharam força epistemológica associada a formas de activismo cívico intenso. Historicamente, Portugal e a Inglaterra estão entre os líderes modernos insuficientemente analisados do esclavagismo.

Entre os autores que mais decisivamente contribuíram para a conceptualização do nacionalismo estão certamente Renan com a ideia da nação como uma forma de moralidade no muito citado “Qu’est-ce qu’une nation?” Estaline argumenta que vida económica, língua e território nas suas componentes

objectivas e subjectivas são condições de possibilidade da nação. Weber concebe a nação como comunidade de prestígio com um sentido de missão cultural e unificada por uma mitologia de origem. E Karl Deutsch evita acentuar um factor para descrever a nação, preferindo defini-la como uma rede mediática e canais de comunicação que garantem a coesão normativa e simbólica dum povo.

Compreendemos a importância de Renan para o diagnóstico que Eduardo Lourenço leva a cabo no ensaio “Repensar Portugal” (1978). O país não tem solidariedade sustentada por uma consciência histórica específica, uma vez que, escreve destacando em itálicos: “[...] *estamos ausentes da nossa própria realidade*” (65). Um brevíssimo apontamento de pormenor de leitura; Lourenço recorre abundantemente desde a década de 1940 à primeira pessoa do plural, *nós*, e aos possessivos *nosso*, *nossa*, etc. para se referir a Portugal e aos portugueses. Salvo erro, o possessivo não é usado por referência a outras nações lusófonas no sentido, por exemplo, que António Sérgio deu a *lusu-descendentes* no ensaio “Para a definição da aspiração comum dos povos lusu-descendentes” (1938). A alienação dos portugueses, segundo Lourenço em 1978, entronca no nacionalismo político e cultural de Salazar. O “proselitismo político” duma série de obras manteve a extraordinária influência da figura mais marcante do século XX português, Salazar, que acabou por ganhar numa sondagem popular em 2000 o título de “figura do século” XX (reincidiu com vitória democrática no concurso televisivo “Grandes Portugueses” –RTP, 2007–, com o título ainda mais abrangente d’ “o maior português de sempre”), o que foi comentado muito argutamente por Eduardo Lourenço em “O homem fatal” no qual enobrecia a distinção entre a ordem simbólica e o pragmatismo dos portugueses. A proposta salazarista que se impôs cerca de 1930 (cf. os discursos de Salazar desse ano) foi a do retorno num registo simbólico a uma certa mundividência do século XVIII, contornando com base social e cultural a figura do cidadão herdada do liberalismo do século XIX.

Ora a pesada herança salazarista no capítulo do nacionalismo—e do imperialismo—é produtivamente lida por Lourenço como uma forma de “irrealismo prodigioso”. A poética do país é o fingimento; embora muito limitado, há um paralelo entre Pessoa e Salazar. Como fica explícito em ensaios como “Da literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)”, o

cânone principal da literatura portuguesa vive interpretativamente dessa obsessão nacionalista. A poética da política nacionalista é a alienação. Mas não será essa distorção da consciência nacional um elemento quase omnipresente das nações? A excepcionalidade da alienação portuguesa reside nessa consciência-calamidade simultaneamente intelectual e moral.

O vínculo entre literatura e uma forma de nacionalismo brasileiro benigno foi exemplarmente estabelecido por Machado de Assis no muito citado ensaio “Instinto de nacionalidade”, de 1873. O nacionalismo definido como “sentimento íntimo” é interessantemente uma exigência moral ao homem escritor “que o torne [...] do seu tempo e do seu país”. De novo notamos a recorrência dos possessivos na doutrinação do nacionalismo. A figuração do Brasil e do nacionalismo brasileiro nos ensaios de Eduardo Lourenço reveste-se de enorme complexidade. A correspondência com Jorge de Sena abre algumas pistas para uma mais detalhada abordagem destes dois intelectuais que viveram nesse país onde, na expressão duma carta de Lourenço para Sena, “o luso é iluso”. Os extremos de exaltação nacionalista portuguesa, só comparável à dos povos semitas, sugere Lourenço em “Repensar Portugal”, foi herdada pelo nacionalismo brasileiro com cores anti-portuguesas. Em “Carta a Camila”, de 2005, Lourenço regressa simbolicamente ao Brasil, e percebe-se como lhe é difícil aceitar a reiterada exclusão que o nacionalismo brasileiro faz do português, com a ironia da “hiper-identidade” ou sem ela.

O patriotismo saudável que pareceria miragem em “Repensar Portugal” (1978) surge no ensaio “Da língua como pátria” (1993). O *philopatris* é configurado por uma das três condições de possibilidade do nacionalismo segundo Estaline: a língua. A poesia como pátria parece constituir uma receita de “irrealismo” para que o ambicioso projecto lourenceano de 1978, da nação se ver como é, se cumpra. (Com efeito, alguns argumentarão que é mais eficaz pensar o país redutoramente através das finanças e da economia.) O popular livro na década de 1990, *Nation and Narration*, editado por Homi Bhabha, insiste na ligação entre narrativa e nação com autores como Dickens, Woolf e Rushdie. Eduardo Lourenço enveredou, prioritariamente, por uma via alternativa que consiste em fazer uma nação de poesia lírica modernista; a sociedade é poema. Neste quadro, os portugueses são

ainda hoje “vítimas”, mesmo que intelectualmente muito sofisticadas, dos jogos da consciência de si, tão ao gosto das primeiras décadas do século XX (já para não falarmos da boa prosa dos recalcados três discursos nacionalistas de Salazar em 1930). É, pois, um bem inestimável poder sinceramente admirar a enormíssima coragem de Eduardo Lourenço para prosseguir o trabalho analítico nessa, cito, “realidade”.

Obras Citadas

- Baptista, Maria Manuel. *Eduardo Lourenço. A paixão de conhecer*. Porto: Asa, 2003.
- Bhabha, Homi. *Nation and Narration*. Londres: Routledge, 1990.
- Deutsch, Karl W. “Nationalism and Social Communication”. *Nationalism*. John Hutchinson & Anthony D. Smith, eds. Oxford: Oxford University Press, 1994. 26-29.
- Estaline. “The Nation”. Hutchinson & Smith, eds. 18-21.
- Lourenço, Eduardo. *Pessoa revisitado*. 3ª. ed. Lisboa: Gradiva, [1973] 2000.
- . “Da criação como crítica à crítica como criação”. [1975] *O canto do signo. Existência e literatura (1957-1993)*. Lisboa: Presença, 1994. 70-72.
- . “Da literatura como interpretação de Portugal (De Garrett a Fernando Pessoa)”. [1975] *O labirinto da saudade. Psicanálise mítica do destino português*. Lisboa: Dom Quixote, 1992. 77-118.
- . “Repensar Portugal”. [1978] *O labirinto da saudade*. 65-78.
- . “Psicanálise mítica do destino português”. [1978] *O labirinto da saudade*. 17-64.
- . “Da língua como pátria”. [1993] *A nau de Ícaro seguido de imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. 125-133.
- . “O homem fatal”. *Visão* 20 Janeiro 2000: 114.
- . “Carta a Camila”. [2005] *A morte de Colombo. Metamorfose e fim do Ocidente como mito*. Lisboa: Gradiva, 2005.

- Luciano. “The Patriot (Philopatris)”. *Lucian VIII* [Loeb Classical Library]. Trad. M. D. Macleod. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993. 413-65.
- Machado de Assis. “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade”. [1873] *Obra completa*. Vol. 3. Ed. Alfrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006. 801-809.
- Mendes, Victor. “Estratégias diferentes na análise da obra de Fernando Pessoa”. *A arca de Pessoa*. Steffen Dix e Jerónimo Pizarro, eds. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2007. 325-338.
- Pessoa, Fernando. “Carta sobre a gênese dos heterónimos”. *Correspondência 1923-1935*. Ed. Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio & Alvim, 1999. 337-48.
- . “Carta da corcunda para o serralheiro”. *Pessoa por conhecer. Textos para um novo mapa*. Ed. Teresa Rita Lopes. Lisboa: Estampa, 1990. 256-58.
- Real, Miguel. *Eduardo Lourenço. Os anos da formação 1945-1958*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- Renan, Ernest. “Qu’est-ce que’une nation?” Hutchinson & Smith, eds. 17-18.
- Salazar, António de Oliveira. “Princípios fundamentais da revolução política”. [1930] *Discursos 1928-1934*. Coimbra: Coimbra Editora, 1948. 67-96.
- Sérgio, António. [1938] “Para a definição da aspiração comum dos povos lusodiscendentes (A propósito de uma conferência de Gilberto Freire)”. *Ensaio VI*. Lisboa: Inquérito, 1946. 205-222.
- Weber, Max. “The Nation”. Hutchinson & Smith, eds. 21-26.